

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



SUBSÍDIOS ARQUEOLÓGICOS PARA A HISTÓRIA DA IGREJA DO CONVENTO DO CARMO (LISBOA)

António Augusto da Cunha Marques / Arqueólogo, Centro de Arqueologia de Lisboa / C.M. Lisboa / antonio.a.marques@cm-lisboa.pt.

Margarida Almeida Bastos / Historiadora, Museu da Cidade / C.M. Lisboa / margarida.bastos@cm-lisboa.pt.

RESUMO

Na sequência das intervenções arqueológicas realizadas entre 2008 e 2011, no âmbito dos trabalhos preparatórios de implantação do projeto de Requalificação Urbana do local pela autarquia, foi possível recuperar alguns episódios construtivos marcantes para a história arquitetónica da Igreja do Convento do Carmo. Entre estes destacam-se a reedificação integral da fachada Sul nos finais do séc. XVI, em cujo programa se incluiu a abertura de uma nova porta lateral e a criação de uma nova capela (Capela do Santo Cristo Cativo), conferindo uma configuração distinta a este templo, situações que serão ignoradas pela reconstrução pombalina. No tardoz identificou-se um sistema de consolidação e contenção da encosta, coevo da fundação do monumento, que foi recuperado após 1755.

ABSTRACT

Following the archaeological excavations carried out between 2008 and 2011, it was possible to recover some constructive episodes relevant for the architectural history of the Convento do Carmo. Among these stand out the reconstruction of the south façade, by the end of the XVIth century, including the opening of a new side door and the building of a new chapel (Chapel of the Holy Christ Captive), giving a new configuration to this temple. In the rear façade a consolidation system was identified defining the containment of the slope, dating from the monument's foundation, which was also recovered after the Earthquake.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES¹

Os trabalhos arqueológicos que tiveram lugar na envolvente da Igreja e Convento do Carmo, em 2008 e 2010/2011, decorreram dos estudos preparatórios e de diagnóstico, com vista à definição e implementação do Projeto de Requalificação Urbanística da envolvente do monumento, da autoria do Arqt.º Álvaro Siza Vieira. Na campanha de 2008 fez-se uma primeira abordagem à realidade arqueológica do espaço,

através de sondagens de diagnóstico na Travessa de D. Pedro de Menezes, no Adro Sul da Igreja e no tardoz do cenóbio, onde se localizam os denominados Terraços do Carmo. Na campanha posterior procurou-se sobretudo avaliar o estado de conservação e a valia patrimonial de estruturas edificadas e arqueológicas, passíveis de serem integradas ou afetadas pelo mencionado Projeto, bem como exumar parte dos indivíduos sepultados na sua antiga necrópole, localizada entre o Largo do Carmo e o Adro Sul da Igreja.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O convento do Carmo foi mandado edificar no ano de 1389 por D. Nuno Alvares Pereira em ação de graças pela vitória alcançada em Aljubarrota, tendo a construção da igreja ficado concluída logo nos inícios do séc. XV. Desconhece-se contudo a morfolo-

1. Para o presente artigo gostaríamos de agradecer a todos aqueles que participaram nestes trabalhos e às Dr^{as}. Isabel Cameira e Anabela Castro o apoio dispensado na elaboração do presente artigo. Salientamos ainda a colaboração do técnico do Museu da Cidade Carlos Loureiro, responsável pela elaboração da reconstituição gráfica apresentada.

gia original das dependências monacais que, segundo Paulo Pereira (1989, p. 101) seriam modestas.

Devido ao grande declive onde assentava a estrutura e ao seu solo arenoso e instável, os trabalhos de construção da igreja decorreram de forma bastante acidentada, verificando-se o desmoronamento dos alicerces logo após o lançamento da empreitada. Consequentemente os primeiros mestre-de-obras foram demitidos e substituídos por outros o que não evitou um novo desabamento do edifício. O Condestável fez então uma terceira tentativa (Pereira 1989: p.92-96), contratando uma equipa composta por Afonso Anes, Gonçalo Anes e Rodrigues Anes, bem como os melhores canteiros de Lisboa (Lourenço Gonçalves; Estêvão Vasques; Lourenço Afonso e João Lourenço) e os mais especializados amassadores de cal (Judas Acarron e Benjamim Zagas).

De acordo com Frei José de Santa Maria (*appud* Pereira: 1989), cronista do convento e da ordem, para evitar outro desmoronamento a nova equipa promoveu a construção de um poderoso jorramento sob a cabeceira do templo, cujos trabalhos de edificação dos primeiros alicerces e do cruzeiro da igreja terminaram em 1397. As obras prosseguiram a bom ritmo com a construção das naves, quando um quarto desabamento fez abrir a frontaria entre o pórtico e o cunhal da parte sul. A fim de solucionar a situação e fazer frente às dificuldades geológicas do local, esta parede foi reforçada “com huns arcos, que a sustivessem, para o efeito de não dar mais de si aquella parte” (Pereira: 1989, p. 95), para tal D. Nuno Álvares Pereira adquiriu por troca, em 1399, terrenos no lado Sul, pertencentes ao Almirante Pessanha, o que permitiu a construção de cinco botaréis para suporte das tensões laterais da edificação, que se encontram representados em alguma iconografia anterior ao terramoto de 1755 (Figura 1).

Tudo aponta para que a estrutura do templo seguisse de perto a configuração da igreja do Mosteiro da Batalha (Pereira: 1989, p. 96), cujo estaleiro se encontrava em plena laboração. A fachada principal da igreja, escalonada em altura, apresentava no pano central correspondente à nave maior, um portal de seis arquivoltas enquadrado por um arco contracurvado, inscrito num gablete subquadrangular, sobrepujado por rosácea. Em data que não foi ainda possível precisar documentalmente, esta frontaria sofreu alterações, tendo as empenas laterais, que seguiam originalmente a tipologia gótica de uma só água inclinada, sido transformadas em empenas

triangulares, integrando dois janelões retangulares que substituíram as frestas primitivas.

A fachada lateral sul, muito alterada, apresentava ao que tudo indica, um alçado de dois andares, com janelas no primeiro e segundo piso, configurando um clerestório que iluminava a nave central. Na zona do transepto mantém ainda um janelão em arco quebrado na parte superior, sob o qual exhibe um portal gótico de três arquivoltas inscrito num gablete idêntico ao da fachada principal, ainda que com uma configuração mais esguia. Nesta frontaria, bastante danificada pelo terramoto de 1531, foi aberta uma porta travessa no ano de 1591 e em 1603 foi edificada, junto ao transepto, uma capela (do Santo Cristo Cativo) que rompeu com o seu alinhamento primitivo. Tal poderá ter implicado a reconstrução total da mesma, tal como os trabalhos arqueológicos realizados parecem sugerir.

Até ao fatídico 1º de Novembro de 1755 o conjunto deve ter continuado a receber sobretudo obras de melhoramento e de enriquecimento da sua faustosa decoração. Após o cataclismo os frades rapidamente procederam à reedificação das paredes do templo, sem contudo terem conseguido realizar a sua cobertura. Relativamente à fachada Sul, a solução para a sua estabilidade rejeitou a reconstrução dos botaréis, conforme adiante explicitaremos. Em registos gráficos dos inícios do séc. XIX são visíveis algumas construções adossadas a esta fachada da igreja, encontrando-se o espaço dos antigos botaréis parcialmente ocupado pelo novo palácio Valadares.

Cerca de um século mais tarde, para vencer o desnível que separa a Rua do Ouro do Largo do Carmo, foi construído um elevador vertical da autoria de Raoul Mesnier de Ponsard. A obra, executada em ferro, num estilo *fin de siècle*, ficou concluída em 31 de Agosto de 1901, sendo inaugurada em 10 de Junho de 1902, implicando uma substancial alteração da estrutura urbana pré-pombalina, designadamente a subida considerável da cota de circulação no lado Sul.

3. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA: CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO MONUMENTO

Apesar de sobejamente estudado e referido nas diferentes publicações que versam sobre os monumentos e a história da cidade de Lisboa, os presentes trabalhos arqueológicos constituíram uma oportunidade para a sistematização e calibração da informação existente. Consequentemente identificaram-se aspe-

tos que embora referenciados pelas fontes escritas, haviam sido excluídos pelos esforços historiográficos de reconstituição da evolução do edifício, desde a sua fundação, até à sua reconstrução pós Terramoto.

Deste modo, ao confrontar-se com realidades arqueológicas contextuais bem definidas e preservadas no subsolo, a intervenção aportou-nos a ocorrência de intervenções no edificado que contribuíram necessariamente para uma nova visão da evolução do monumento e sua envolvente, sobretudo entre os finais do séc. XVI e 1755.

Entre estas salientam-se as informações recolhidas relativamente ao traçado e implantação da Fachada Sul da Igreja, em que se inclui a solução de reforço estrutural consubstanciado na construção dos cinco botaréis; a abertura de uma nova porta lateral; a edificação da Capela do Santo Cristo Cativo e ainda a existência de uma calçada com uma pendente considerável, entre o Adro Sul e o Largo do Carmo, designada como “Passagem do Carmo”. Aspetos que seguidamente desenvolveremos.

3.1. A Passagem do Carmo

Localizada no lado Sul do templo (actual Trav. de D. Pedro de Menezes), tal como se pode observar na planta da figura 2, nas vésperas do Terramoto, aí se encontrava definido um pequeno largo que correspondia ao Adro Sul da Igreja, onde existiam diversas casas de habitação, a que se acedia desde o Rossio, através do denominado Caracol do Carmo, no cimo do qual se localizava a Capela de N. Sr.^a da Piedade, embutida na fachada da Igreja. Com os presentes trabalhos arqueológicos expuseram-se pequenos vestígios da sua antiga calçada, predominantemente em calcário branco, de onde se subia, pela Passagem do Carmo até ao Terreiro do Carmo, sensivelmente desde a cota 38.44 (tardoz da Capela do Santo Cristo Cativo) até à cota 41.46 (nível da calçada pré-pombalina exumada).

Pela análise comparativa entre a perspetiva de Jorge Bráunio (*in Civitates Orbis Terrarum*, vol. V, 1593) e a gravura de Debrie (Fig. 1) constata-se as alterações que esta área sofreu entre finais do séc. XVI e 1755. A construção do Palácio dos Marqueses de Vila Real (Santana; Sucena, 1994), possivelmente nos finais do séc. XVI, assim como a edificação de diversas casas de renda pertencentes à Ordem do Carmo durante o séc. XVII, confinantes com os arcos botantes da Igreja (Figura 2), definiam a matriz urbana existente nas vésperas do grande Terramoto, traduzindo-se numa

dinâmica integradora deste espaço na malha urbana da cidade, pelo menos desde o séc. XIV.

Para além da circulação de pessoas, esta área também teve utilização cemiterial que, de acordo com os resultados entretanto alcançados, parece ter sido mais restrita, não apenas pelo menor número de indivíduos identificados durante os trabalhos arqueológicos, mas também cronologicamente, pois tal funcionalidade terá abrandado com a construção do casario envolvente. No adro da frontaria e no início desta via, o número de indivíduos foi bastante superior, atestando-se a sua utilização até às vésperas de 1755.

Deste modo, após terem sido levantados os níveis decorrentes das obras de reconstrução da fachada Sul da Igreja (ainda em período pombalino) e do aterro colocado no âmbito dos arranjos introduzidos cerca de 1901, colocou-se à vista uma calçada em pedra basáltica e calcária, de calibre médio e pequeno, intercalada com alguns seixos e fragmentos cerâmicos grandes, dispostos de forma relativamente arbitrária. Contudo, nalguns locais, regista-se uma maior concentração de elementos cerâmicos, podendo corresponder a áreas de enterramento muito pontuais, assinalando-se uma maior utilização de pedra basáltica na metade Poente e de pedra calcária na metade oposta, próximo do Largo do Carmo.

A exposição desta calçada permitiu observar, sensivelmente entre o início da subida da Passagem e o Adro Sul, à cota 38.70m, um motivo decorativo, realizado com pedras basálticas de calibre médio e pequeno, sobre fundo calcário branco (Figura 3). Este elemento foi parcialmente removido pela vala de reconstrução da fachada, sobrevivendo apenas a sua metade Sul. Considerando que o paramento inicial teria uma espessura e implantação distinta da atual, conforme explicitaremos adiante, consideramos que primitivamente, consistiria num losango integrado numa cercadura aproximadamente quadrangular, sinalizando o local onde, em 1591, foi aberta a nova porta lateral (Figura 4).

3.2. A Fachada Sul

Uma observação atenta do atual paramento desta fachada permite distinguir três tipos de tratamento diferentes. No extremo W, logo após a frontaria, na esquina com a Trav. de D. Pedro de Menezes, ainda persiste o paramento gótico primitivo, executado em cantarias de calcário branco cristalino, bem esquadriadas e sigladas. No seguimento, surge um outro constituído por pequena silharia não facetada, apro-

ximadamente retângular, onde se rasga um grande janelão com remate ogival, que termina no contraforte existente. A partir deste elemento a restante fachada corresponde à reconstrução pós 1755, integrando elementos arquitetónicos reaproveitados.

Sabemos que o complexo religioso foi alvo da proteção dos monarcas, nomeadamente D. João III, D. Sebastião e Filipe I de Portugal que, durante o século XVI, lhe fizeram generosas dádivas, algumas utilizadas em pequenas intervenções, nomeadamente ao nível da capela-mor. De referir também enquanto trabalhos de maior fôlego, a abertura da nova porta travessa, obra que seguramente, pela sua complexidade, motivou grandes alterações nos acabamentos e na disposição do seu paramento interno.

Efetivamente, apesar de por contrato feito em 1542 com o então Governador de Ceuta, D. Nuno Álvares Pereira, se determinar que a primitiva entrada sul do templo, situada no transepto, se não poderia fechar “de modo a que da Rua se visse e adorasse a Imagem de Cristo Crucificado da sua capela que ficava frente” (Sá, 1721), os religiosos consideravam que a constante entrada de fiéis perturbava os ofícios do Coro da capela-mor. Por este motivo os frades carmelitas conseguiram obter autorização do Papa Sisto V, através do Breve de 3 de Março de 1586, para entaipar aquela abertura e proceder à abertura de uma outra porta travessa em 1591 (Sequeira, 1939, vol. I, p.373), conforme aliás se constatou durante os trabalhos arqueológicos realizados.

Em 1727, Frei Manuel de Sá (p. 140 a 147), religioso carmelita, descreve o interior do templo carmelita, enumerando sete capelas do lado da Epístola, todas fundadas durante o primeiro quartel do séc. XVII, a mando de benfeitores endinheirados. Com efeito, as escavações realizadas neste espaço permitiram-nos registar arqueologicamente alguns destes episódios construtivos, em especial a reformulação da primitiva fachada Sul, ainda que desta alteração apenas nos tenha chegado o testemunho arqueológico de um grande reforço estrutural dos seus fundamentos.

Foi então aberta uma grande vala ao longo da fachada, com sacrifício da função cemiterial do espaço, definida pelas Camadas 1a e 8 (Figura 5), com vista à colocação de uma espessa estrutura em alvenaria de pedra e argamassa (Estrutura 15), revestida com lajes bujardadas retangulares em calcário, colocadas obliquamente (Figura 6). Os materiais recolhidos neste contexto, designadamente numismas e espólio cerâmico (comum, porcelana e faiança), apon-

tam para que esta intervenção tenha ocorrido em meados da segunda metade do séc. XVII.

De salientar que a execução da Estrutura 15 implicou a desmontagem do primeiro botaréu de contenção da fachada, observando-se que na sua remontagem o respetivo alicerce (Estrutura. 13.1) assentou diretamente sobre as lajes calcárias da contenção (Figuras 6 e 7), respeitando-se a solução de contenção primitiva. Aliás, em nosso entender, a fachada Sul primitiva teria o alinhamento atual deste troço quinhentista, cerca de 1.5m mais para Norte, razão pela qual apresentámos um motivo decorativo losangular na reconstituição do troço de calçada que atrás descrevemos (Figura 4).

Mais tarde, logo após o Terramoto de 1755, a Estrutura 15 é reforçada superiormente, com a colocação de um segundo massame em argamassa (Estrutura 12), preservando-se o paramento de finais do séc. XVI. Contudo, na reconstrução pombalina a opção de contenção da fachada levou ao seu espessamento na zona onde hoje existe um trifório com janelas para o exterior, assim como a criação dos contrafortes existentes atualmente, em detrimento da solução medieval dos botaréus.

3.3. Capela do Santo Cristo Cativo

Bastante referida na documentação do século XVII e da primeira metade do século XVIII, a memória da Capela do Santo Cristo Cativo, das mais ricas e cultuadas do templo, perdeu-se na sequência após 1755. A sua construção remonta a 1603, quando Francisca Brandoa, uma abastada viúva, contratou com a comunidade em 22 de Setembro desse mesmo ano, a fundação de uma capela com cerca de 40 palmos de fundo por 27 de largo, cobertura de abóbada. A sua construção implicou a desmontagem da fachada, comunicando com a nave da epístola através de um arco aberto no paramento entre o transepto e a nova porta travessa. A edificação, que encostava à capela do Santíssimo Sacramento (localizada no local da primitiva porta lateral entretanto entaipada), com uma profundidade igual, recebeu inicialmente a invocação de Espírito Santo, possuindo no seu subsolo uma cripta com abóbada de berço, que serviu de carneiro para a família Brandão.

A capela, que à data da morte da fundadora em 1620, se encontrava já terminada, passou a ser conhecida, pouco tempo depois por capela de Santo Cristo Cativo, por nela ter sido colocada aquela “prodigiosa” imagem que, após peripécias várias, regressou

à capital, perante grandes demonstrações de fé pelos crentes lisboetas. Foi alvo de especial devoção pelas Rainhas Luísa de Gusmão e D. Catarina de Bragança, que em muito enriqueceram a sua decoração (Sá 1727, p. 133-140).

Devido à exiguidade do espaço, em 1743 Frei José do Carmo pediu autorização D. João V para ampliar a capela para Sul (Arquivo Municipal de Lisboa, Processo de obra ADMG-E-61-3571) implicando retirar cerca de 4 palmos e meio à passagem pública para as “Escadinhas da Piedade” (Figura 2). O rei mandou consultar o Senado que, na sequência de uma vistoria, considerou improcedente, uma vez que, entre outras questões, a referida serventia ficaria apenas com quinze palmos de largura.

Não satisfeito com o despacho, o sacristão da Capela do Santo Cristo Cativo fez novo requerimento a D. João V, obtendo desta vez a autorização do monarca que “Attendendo ao uso que o suplicante determina fazer da pequena parte do chão que pede, hei por bem conceder-lhe licença desta obra (...)” (Oliveira, 1904, p.167). Porém, na intervenção arqueológica não foram identificados vestígios da sua ampliação, desconhecendo-se a razão pela qual esta não foi realizada.

Os trabalhos arqueológicos revelaram-nos a existência de uma estrutura residual que se destacava do corpo principal da Igreja (Figura 8), com substancial projeção para o exterior, até ao alinhamento da face externa do Portal Sul. Tratava-se de uma capela lateral distinta das demais, não só pelo seu tamanho, mas igualmente pela riqueza do seu revestimento interno, que joga com cantarias de coloração e natureza distinta, bastante ao gosto maneirista, à qual se acedia através de um arco triunfal.

Com efeito, ao nível do pavimento ressaltou a sua exuberância cromática definida por lajes de calcário negro de Mem Martins, intercaladas com lajes em calcário com rodistas brancas (lioz) e calcário com rodistas rosa (abancado), num patamar mais rebaixado, ao qual se segue um outro em tijoleira, onde estaria a figura do Santo Cristo Cativo jacente, em caixão de prata. Ainda que residualmente preservados, os revestimentos parietais repetem o mesmo tipo de pedraria, acrescentando ainda lajes em calcário margoso fossilífero e calcário cristalino cinzento. Com a reconstrução pombalina esta estrutura foi excluída. Todavia tudo indica que tenha sido parcialmente preservada e integrada no casario/barracas que entretanto surgiram neste espaço. De referir que nos contextos subjacentes à capela, além da

referida cripta, foram identificados dois níveis distintos de enterramentos, sendo que num dos níveis (anterior a 1603) os indivíduos estão dispostos em função da orientação da Igreja (Este/Oeste), e no segundo em função da capela (Norte/Sul).

3.4. Os Terraços do Carmo

Situados no tardo do edifício conventual, sobranceiros ao Rossio, são formados por três patamares dispostos em cotas altimétricas distintas, que comunicam entre si através de escadas e rampas, constituindo um arranjo posterior ao Terramoto de 1755. Com efeito, em época anterior tudo leva a crer que apenas os dois patamares superiores pertencessem à Ordem do Carmo, devendo o inferior corresponder a uma área de servidão pública com habitações, atravessada por um caminho de acesso entre o Rossio e o Caracol do Carmo (Sequeira, 1939, vol. 2, p. 150-151). Neste espaço efetuaram-se 6 sondagens de diagnóstico em 2008, distribuídas pela totalidade do espaço. Apesar da exiguidade da área intervencionada foi possível fazer uma aproximação à sua realidade arqueológica, como seguidamente desenvolveremos.

3.4.1. A contenção da encosta e da fachada tardo

A abertura de uma sondagem no patamar inferior (Sondagem 6), sobranceiro à Rua do Carmo, permitiu-nos colocar a descoberto a face posterior da denominada Muralha do Carmo, assim como analisar os contextos arqueológicos que lhe estão associados, cujos materiais, em especial alguns raros fragmentos de cerâmica valenciana, nos permitem concluir que a sua construção terá ocorrido nos finais do séc. XIV. Expôs-se o topo da muralha (Estrutura 5), observando-se que atualmente possui uma espessura de 12.35m, não nos sendo possível obter a sua dimensão primitiva, em virtude das sucessivas alterações de que foi sendo alvo. Constatou-se ainda que a sua construção obedeceu a um programa ambicioso de contenção da encosta e do tardo da Igreja do Carmo, onde igualmente se procedeu à abertura de uma sondagem (Sondagem 4) que nos permitiu verificar que a sua cabeceira assenta sobre uma espessa base de alvenaria de pedra e argamassa, cuja profundidade não nos foi possível determinar.

Com efeito, na sondagem realizada sobre a muralha, registou-se no seu perfil Norte (Figura 9) a existência de um muro (Estrutura 7), com orientação aproximada Este/Oeste que tudo indica seguirá em direção ao massame de sustentação da Igreja menciona-

do, definindo o que poderá ser um sistema radial de contenção da encosta formado pela muralha e por muros individuais que certamente ligarão essa mesma muralha ao embasamento da igreja, revelando um programa de engenharia sofisticado, apropriado para as dificuldades geológicas e topográficas do terreno, indo ao encontro das adversidades construtivas iniciais a que já aludimos. Esta estrutura ainda mantém a sua função, tendo sido igualmente reparada após o Terramoto de 1755 (Estrutura 6).

3.4.2. Piso térreo conventual

Localizado no patamar superior, onde apenas se abriu uma sondagem (Sondagem 5) encostada à primitiva fachada tardoz da antiga sacristia, o piso em tijoleira identificado pertenceria ao edificado conventual. Efetivamente, os resultados alcançados indicam que, apesar do colapso registado na sequência do Terramoto de 1755, este piso se mantenha preservado sensivelmente a cerca de 1 metro de profundidade em relação à cota atual, admitindo-se como possível a reconstituição da sua planta, apontando os níveis arqueológicos subjacentes para que esta construção tenha sido realizada em meados do séc. XVII, situação que apenas poderá ser esclarecida com a persecução dos trabalhos arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1904) – *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*. Vol. 14: 1. Lisboa: Tipografia Universal.

PEREIRA, Luiz Gonzaga (1927) – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

PEREIRA, Paulo (1989) – *A Igreja e o Convento do Carmo: Do gótico ao Revivalismo*. In Actas da Comemoração dos 600 anos da Fundação do Convento do Carmo em Lisboa. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. P. 87-113.

SÁ, Manuel de (1721) – *Notícias do Real Conv[en]to do Carmo de L[i]x[bo]a Occidental*: Biblioteca Nacional de Portugal, manuscrito.

SÁ, Manuel (1727) – *Memorias Historicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Provincia de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Of. Joseph Antonio da Sylva.

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (1994) - *Dicionário de História de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas & Associados – Consultores.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1939) – *O Carmo e a Trindade*, Lisboa: Publicações da Câmara Municipal de Lisboa.



Frontaria do convento de Carmo e exterior da capella mór de lado de Rocas, antes de terremoto de 1755.



Estilo 66.

Let. de N. S. do Carmo N.º 11

Frontaria da Igreja de N. S. do Carmo antes de terremoto de 1755.

Figura 1 – Gravura de G. Debrie, cerca de 1740, na qual se observam na parte superior as traseiras do Convento do Carmo e na parte inferior a sua fachada principal e o seu enquadramento urbanístico (Museu da Cidade MC.GRA.0665).

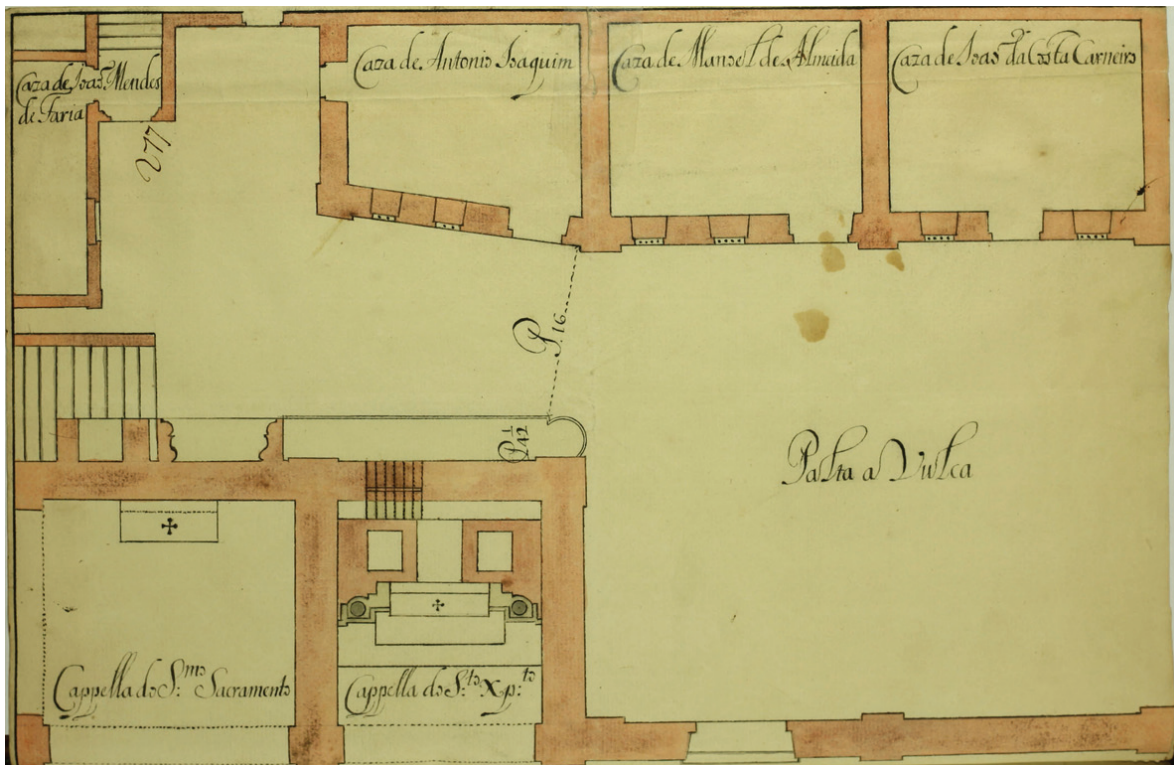


Figura 2 – Planta anterior ao Terramoto (vide nota 5), onde se observa o casario existente na Passagem do Carmo, assim como a localização da Porta Travessa (Arquivo Municipal de Lisboa).



Figura 3 – Pormenor decorativo da calçada pertencente à Passagem do Carmo, que assinala o local da Porta Travessa.

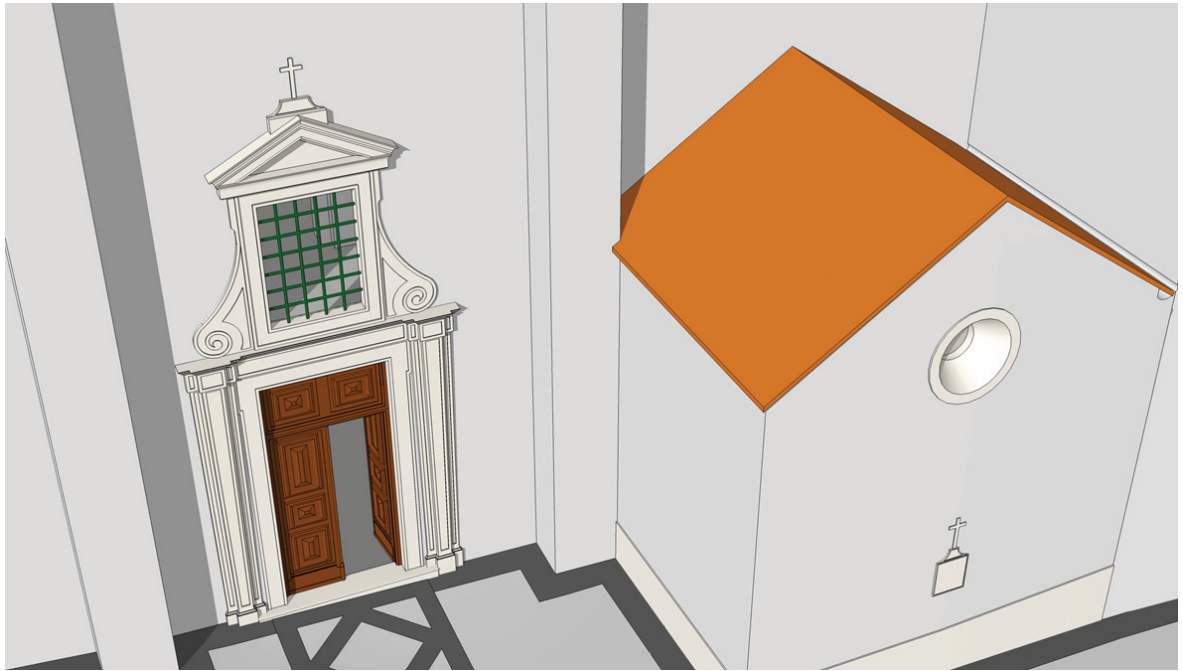


Figura 4 – Reconstituição hipotética da antiga Porta Travessa, do motivo decorativo exumado, assim como das traseiras da Capela do Santo Cristo Cativo (Carlos Loureiro).

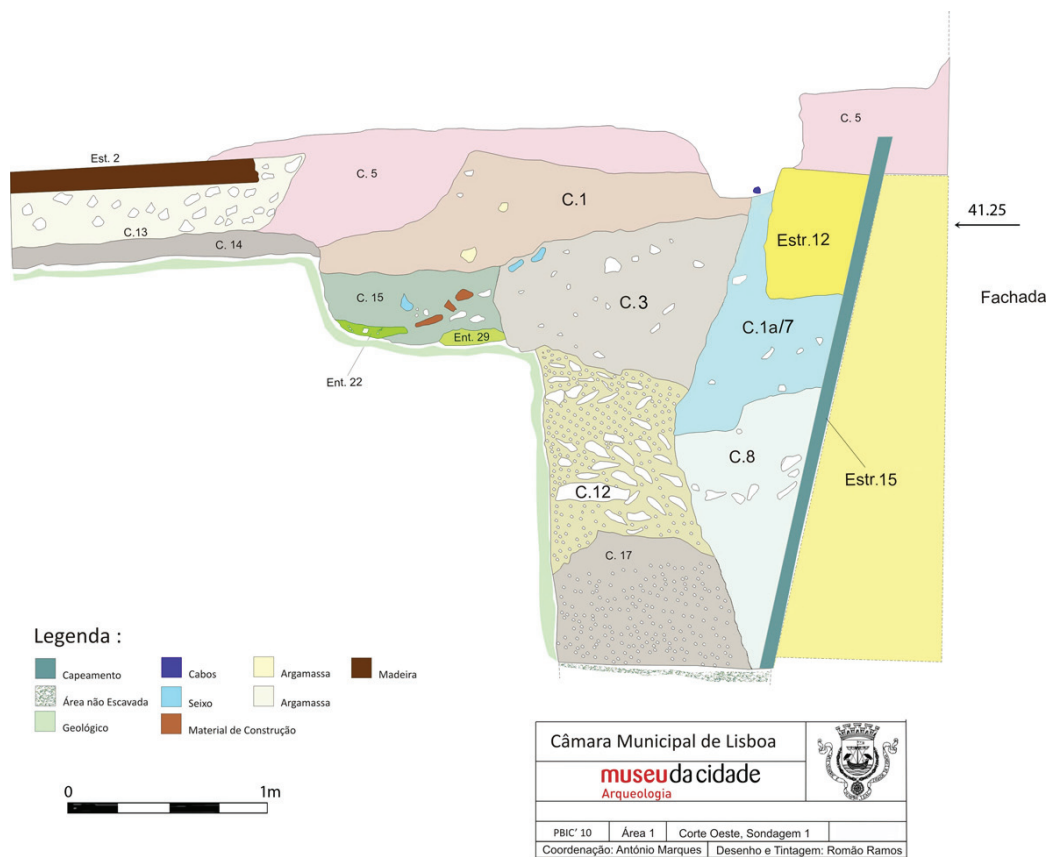


Figura 5 – Perfil do limite Poente da intervenção na Travessa de D. Pedro de Menezes, onde se observam as diferentes realidades arqueológicas registadas.



Figura 6 – Panorâmica geral do reforço estrutural da fachada Sul (Estruturas 12 e 15), observando-se no lado direito sobreposição do alicerce do arranque do botaréu sobre a Estrutura 15.

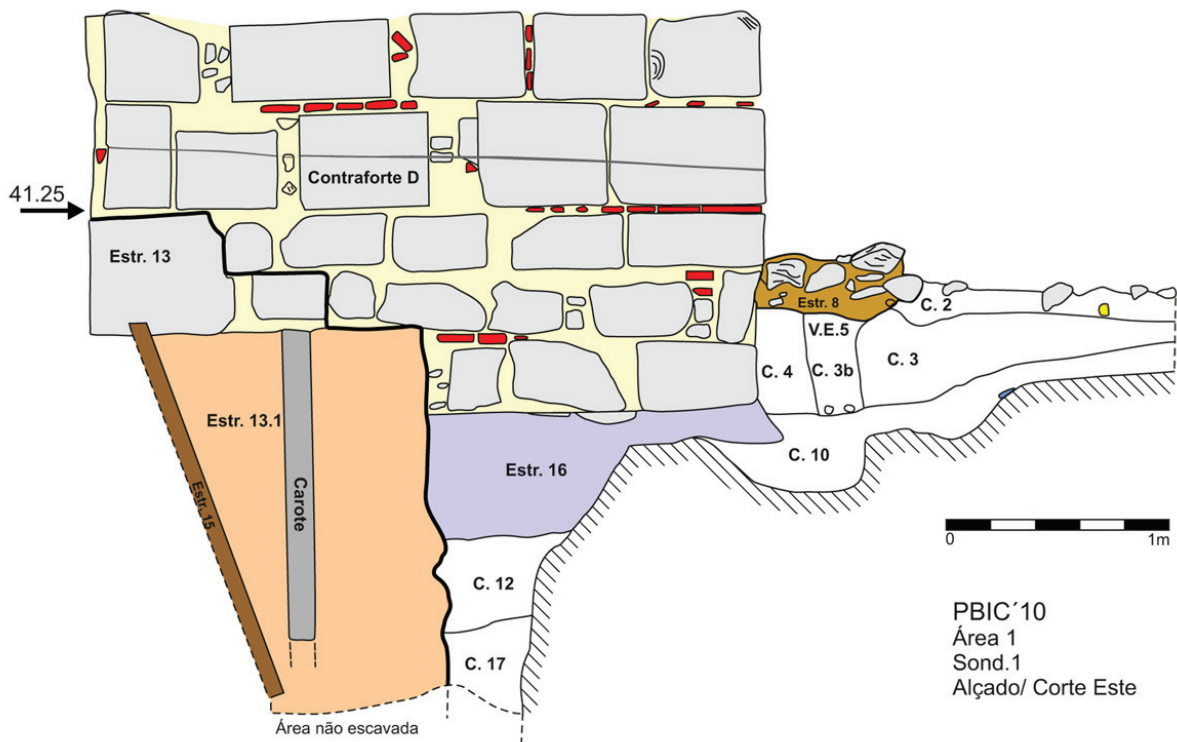


Figura 7 – Alçado inferior do contraforte, observando-se igualmente o arranque inferior e o embasamento do antigo botaréu (Estrutura 13 / 13.1).



Figura 8 – Vista sobre as estruturas pertencentes à antiga Capela do Santo Cristo Cativo.

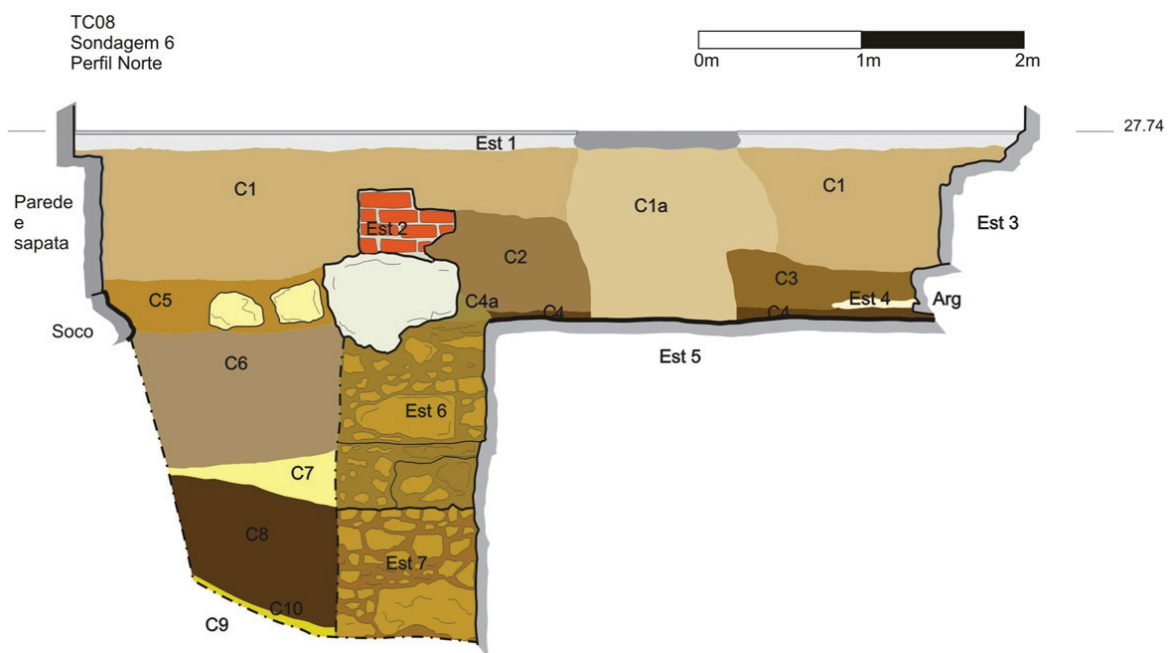
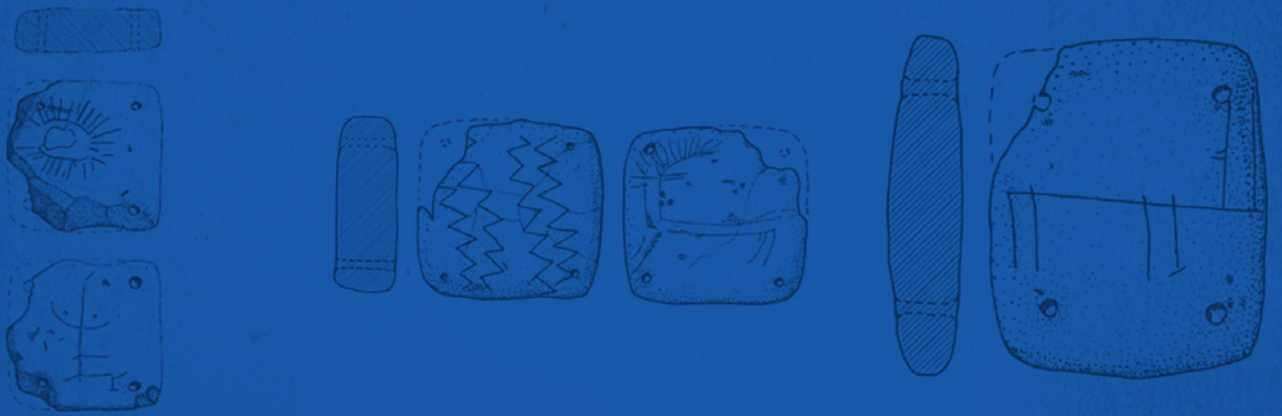
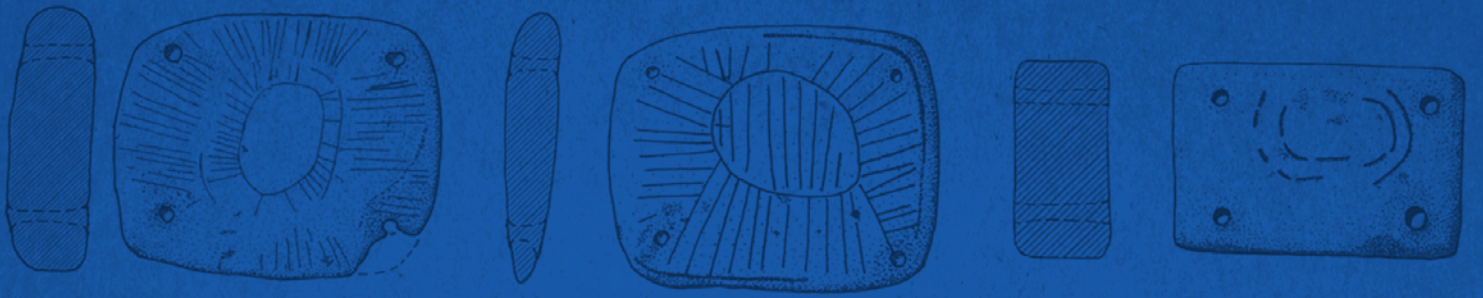
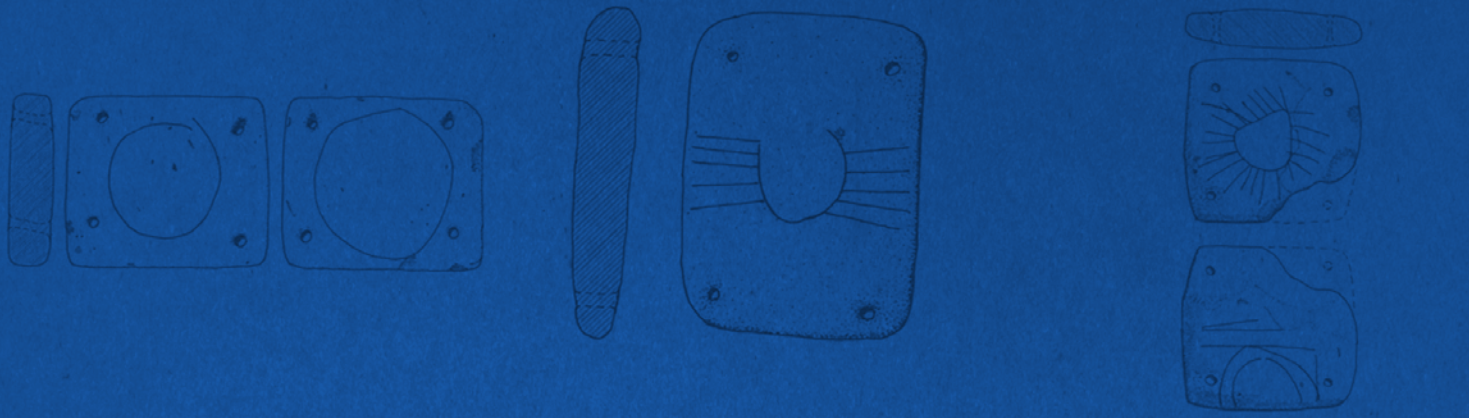


Figura 9 – Perfil onde se regista o tardoiz da Muralha do Carmo (Estr. 5) e o arranque de um muro radial de contenção (Estr. 6 e 7).



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua